

DO “DESENVOLVIMENTISMO” AO “NOVO DESENVOLVIMENTISMO” NO BRASIL: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

Resumo

Na última década, voltaram à cena do debate as ideias do desenvolvimentismo acompanhadas do adjetivo “novo” e com uma preocupação social mais aprofundada. Este artigo tem como objetivo analisar os conceitos de desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo tanto no aspecto conceitual quanto no histórico, tentando encontrar taxonomias de análise para entender o processo histórico atual. Assim, tenta-se caracterizar o conceito de desenvolvimentismo e “novo” desenvolvimentismo. Observa-se que o debate que contorna o “novo” desenvolvimento ficou reduzido ao âmbito da política macroeconômica e suas práticas, deixando-se de lado questões que foram centrais no desenvolvimentismo, como projeto nacional, intervenção estatal, industrialização e burocracia. Conclui-se com a necessidade de discussão de nova agenda do desenvolvimentismo.

Palavras chave: desenvolvimentismo; novo desenvolvimentismo; macroeconomia.

Abstract

In the last decade the ideas of developmentalism returned to the scene of the discussion accompanied by the adjective “new” and with a deeper social concern. This article aims to analyze the concepts of developmentalism and new developmentalism in both conceptual and historical aspects, trying to find taxonomies analysis to understand the

ANA MARIA RITA MILANI

Prof. Adjunta da
Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade - (FEAC- UFAL) - Prof. do
Curso de Pós Graduação em
Economia - CMEA - UFAL

ROMULO SALES

Mestre em Economia pelo
CMEA-UFAL.

current historical process. Thus, we try to characterize the concept of developmentalism and “new” developmentalism. It is observed that the debate surrounding the “new” development was reduced to the scope of macroeconomic policy and its practices, leaving aside issues that were central to developmentalism, as a national project, state intervention, industrialization and bureaucracy. It concludes with the need to discuss a new agenda for developmentalism.

Keywords: developmentalism, neo-developmentalism, macroeconomics

1. Introdução

Na última década, voltaram à cena do debate as ideias do desenvolvimentismo acompanhadas do adjetivo *novo* e com uma preocupação social mais aprofundada. Assim, a aparente perda de força das ideias neoliberais apresenta-se como uma nova via de resgate e reconstrução do pensamento desenvolvimentista.

Muitos autores defendem que o novo desenvolvimentismo pode ser aproximado a uma visão estratégica a qual pode ser interpretada como a conjunção de valores, instituições e política econômica que tenta romper com a ortodoxia do neoliberalismo. Essa estratégia de desenvolvimento deveria compatibilizar altas taxas de crescimento econômico com equidade social, propondo medidas de políticas macroeconômicas relacionadas a programas sociais e educacionais, de reforma no sistema financeiro

e de inovação tecnológica. Neste bojo, ganham espaço o mercado e o setor privado como agentes do desenvolvimento. Assim, defende-se que é necessária uma ruptura com o neoliberalismo através de uma inserção soberana no mercado mundial com crescimento econômico.

No entanto, é importante entender o que é desenvolvimentismo desde a construção estrutural do conceito, para dessa forma ter instrumentos a fim de analisar o *novo desenvolvimentismo* que vigora na atualidade. Não se trata de contrapor ideias como existências de características ou a falta delas, mas sim de encontrar elementos que possam caracterizar as diferentes vertentes tratadas neste artigo. O conceito de desenvolvimento sempre esteve relacionado aos processos históricos específicos. Assim, nos dias hodiernos, nos quais o ideário neoliberal inspira as políticas econômicas, o desenvolvimento sofre de modificações no seu núcleo duro, que limitam seus resultados, pois se contrapõem aos pilares fundamentais do mesmo.

Este artigo tem como objetivo analisar os conceitos de desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo no aspecto conceitual, tentando encontrar taxonomias de análise para entender a evolução do mesmo no processo histórico.

Além desta introdução, na primeira seção abordar-se-á o conceito de desenvolvimentismo buscando caracterizá-lo para encontrar uma taxonomia com o intuito de poder apreendê-lo.

Na segunda seção, será feita uma abordagem dos avanços históricos do conceito de desenvolvimento até o novo desenvolvimentismo.

Na terceira seção, serão discutido os limites do novo desenvolvimentismo como um subproduto do ideário neoliberal. Por último, as considerações finais.

2. Conceito de *desenvolvimentismo*

O debate sobre a influência do desenvolvimentismo nos diferentes governos é extenso e, em geral, com posicionamentos divergentes. Podemos exemplificar estas divergências através das apreciações que os analistas fazem dos governos de Vargas, Collor e Lula. O primeiro é amplamente reconhecido na literatura como desenvolvimentista, o segundo, como não desenvolvimentista, porém, já o terceiro desses governos abre um amplo debate e reflexões sobre o que pode se entender como desenvolvimentismo nos tempos atuais. Nesse sentido, Fonseca (2015) procura elaborar uma caracterização do conceito que funcione como uma ferramenta útil para determinar se governos historicamente conhecidos como desenvolvimentistas realmente o são, ou o inverso. Dessa forma, antes de nos debruçarmos sobre as teorias do desenvolvimento econômico, é salutar nos apropriarmos do conceito de desenvolvimentismo.

Fonseca (*ibidem*), em seu trabalho *Desenvolvimentismo: a construção de um conceito*, formula

um conceito para o desenvolvimentismo e adota uma metodologia na qual seleciona alguns autores, vasculhando detalhadamente suas obras, buscando encontrar características para criar um núcleo comum, que o autor chama de core, isto é, um núcleo duro, capaz de determinar o conceito de desenvolvimentismo ou ao menos identificar se existe um conjunto de atributos mínimos.

Vários autores, segundo Fonseca (*ibidem*), na intenção de construir esse conceito, assemelham desenvolvimentismo a *Estado desenvolvimentista*, com a ideia de superação do subdesenvolvimento através da política econômica. Vale salientar que o termo *desenvolvimentismo* é, como bem colocado por Fonseca (*ibidem*, p. 9): “[...] geralmente utilizado para designar um fenômeno relativamente delimitado no tempo – século XX –, embora espacialmente mais diversificado, posto que governos desenvolvimentistas são apontados pela literatura em praticamente todos os continentes, conquanto com predominância em países latino-americanos e asiáticos.”

Fonseca (*ibidem*) é bem específico ao determinar que seu estudo vai centralizar-se nas experiências dos países da América Latina – e apesar de Celso Furtado e Raúl Prebisch serem as principais referências do pensamento desenvolvimentista cepalino, eles praticamente nunca utilizaram o termo desenvolvimentismo em seus trabalhos, mas sim desenvolvimento, ao

qual Furtado (2003, p. 103) define como: “[...] a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que propõe alcançar essa sociedade”. Fonseca faz uma análise a partir da consulta de vários autores [Bielschowsky (1998), Schneider (1999), Echevarría Gurrieri, (1980), Rodríguez, (2009), Johnson (1982; 1999), Wade (1990), Evans (1992), Chang (1999), Amsden (2001) e Bresser-Pereira (2006), *apud* Fonseca (2015)], conseguindo chegar ao que ele chama de *um núcleo comum principal* ou *core*, listando as seguintes variáveis que deveriam ser determinantes para formar o conceito de *desenvolvimentismo*:

- i) *Projeto nacional*: deveria ser um projeto ou estratégia que teria como objeto a nação e seu futuro. Projeto nacional não deve ser entendido como repulsa ao capital estrangeiro;
- ii) *Intervencionismo*: a intervenção consciente e determinada do Estado com o objetivo de viabilizar o projeto nacional. Por oportuno, Fonseca (2015) salienta que as intervenções do Estado não visam reforçar os mecanismos de mercado, mas sim direcionar uma rota desejável, pois, nas palavras de Furtado (1986, p. 123), “o regime de *laissez faire* não cria mercados perfeitos, pois dá oportunidade ao mais forte de liquidar os mais fracos ou reduzi-los a um comportamento subordinado”;
- iii) *Industrialização*: para o desenvolvimentismo, a centralidade da política econômica deve

ser o aumento da produção e da produtividade. A industrialização deve ser o caminho para acelerar o crescimento econômico e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário.

Para além dessas características que compõem o *núcleo comum principal*, existem dois atributos que devem ainda ser levados em consideração, a saber: *intencionalidade e capitalismo*. Nesse sentido, assinala Fonseca (2015) que todos os autores por ele pesquisados concebem que o desenvolvimentismo ocorre com intencionalidade dos governantes e exclusivamente em economias capitalistas. Com respeito à intencionalidade, é preciso que os governantes tenham ciência do atraso em que o país se encontra e vontade para mudar o *status quo*. Quanto ao fenômeno desenvolvimentista ser quase que restrito às economias capitalistas, Bielschowsky (1998, p. 40, *apud* FONSECA, 2015), ao se referir às economias socialistas: “[...] eram em certo sentido’ desenvolvimentistas, porque defendiam a industrialização e a intervenção estatal”. Contudo, além dos atributos *intencionalidade e capitalismo*, há outros citados pelos autores no trabalho de Fonseca (2015), porém com menor frequência, como características do desenvolvimentismo:

I O termo “certo sentido” deixa claro que não se pode afirmar, com rigor científico, que as economias socialistas são consideradas desenvolvimentistas, ficando talvez o caráter desenvolvimentista de tais economias mais no âmbito da ideologia.

a) Burocracia, que significa a necessidade de corpo técnico; b) Planejamento econômico; c) Redistribuição de renda²; d) Reforma agrária; e) Banco de desenvolvimento ou instituição de fomento; f) Estabilidade, como atributo do Estado desenvolvimentista; entre outros.

Nesse sentido, ao confrontar as experiências históricas de 34 governos de oito países da América Latina³ entre 1930 e 1979 – período desenvolvimentista e marcado pelo processo de substituição de importações – com as características observadas, obtemos o seguinte resultado ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1. Atributos selecionados do desenvolvimentismo entre 34 governos de oito países da América Latina – 1930 a 1979

Item	Atributos desenvolvimentistas	Frequência (%)
1	Projeto Nacional	100
2	Intervenção estatal	100
3	Industrialização	100
4	Burocracia	79
5	Banco de desenvolvimento	71
6	Planejamento	65
7	Capital estrangeiro	62
8	Reforma agrária	44
9	Redistribuição de renda	41
10	Socialismo	0

Fonte: Fonseca (2015). Elaboração própria.

Destarte, a leitura que fazemos do Quadro 1 é que o núcleo duro (core) que determina um governo desenvolvimentista é: item 1 - projeto nacional: ter um projeto cujo objetivo seja a nação e seu futuro; item 2- *intervenção estatal*: o Estado deve intervir com políticas econômicas (políticas meio, fins e institucionais) visando alcançar o projeto nacional previamente determinado; e item 3 - *industrialização*: tal projeto de intervenção deve ser focado na industrialização. Ainda analisando esse Quadro 1, é fundamental que se tenha um corpo técnico selecionado de forma meritocrática (item 4, burocracia), capaz de executar a estratégia desenvolvimentista. Embora não seja fundamental, a existência de bancos ou instituições financeiras (item 5) voltadas a fomentar tais políticas aparece com uma frequência de 71%. Planejamento e capital estrangeiro (itens 6 e 7) são atributos

1 O autor utiliza o termo redistribuição de renda ao invés de distribuição de renda. Isso deixa claro que há diferença nos termos. Por exemplo, na época da ditadura militar, podemos afirmar que houve distribuição de renda, mas não redistribuição de renda. A distribuição de renda foi feita de forma concentradora.

2 Argentina (Juan Domingo Perón, Arturo Frondizi, Juan Carlos Onganía Carballo, Roberto Marcelo Levingston), Brasil (Getúlio Vargas 1º e 2º gov., Juscelino Kubitschek, João Goulart, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel), Chile (Pedro Aguirre Cerda, Juan Antonio Ríos, Gabriel González Videla, Carlos Ibáñez del Campo - 2º gov., Eduardo Frei Montalva), Colômbia (Alfonso López Pumajero 1º e 2º gov., Alberto Lleras Camargo, Gustavo Rojas Pinilla, Carlos Lleras Restrepo), México (Lázaro Cárdenas del Río, Manuel Ávila Camacho, Miguel Alemán Valdés, Adolfo Ruiz Cortines, Adolfo López Mateos), Peru (Óscar Benavides, Fernando Belaúne Terry, Manuel Odría, Juan Velasco Alvarado), Uruguai (Luís Batlle Berres, Conselho Nacional de Governo 1 e 2) e Venezuela (Rómulo Betancourt, Raúl Leoni).

mencionados, porém igualmente não essenciais para caracterizar um governo desenvolvimentista, e, com uma relevância bastante minimizada, temos reforma agrária e redistribuição de renda (itens 8 e 9). O socialismo, último item que aparece com 0% de frequência, evidencia que o desenvolvimentismo é uma característica exclusiva do sistema capitalista.

Ao levar esse *núcleo duro* de características para analisarmos o perfil dos governos brasileiros selecionados no estudo de Fonseca (2015), temos o seguinte resultado no Quadro 2: o núcleo comum principal (item 1 - *projeto nacional*, item 2 - *intervenção estatal* e item 3 - *industrialização*), observado no Quadro 1, mantém-se inalterado em todos os governos do Brasil para o período de 1930 a 1979, adicionando-se a ele (o núcleo comum principal), se possível fosse, o atributo *burocracia* (item 4), que esteve presente em 100% dos governos brasileiros selecionados. Os bancos de desenvolvimento (item 5) foram de suma importância como forma de reconhecimento do papel do Estado para a formação de capital e para o processo de industrialização. Com relação aos bancos de desenvolvimentos serem importantes para o desenvolvimentismo, no Brasil esses começam a surgir numa etapa mais moderna – no caso do BNDES, na década de 1950 –; planejamento e capital estrangeiro (itens 6 e 7) tiveram suas participações (66% e 50%, respectivamente).

Quanto ao capital estrangeiro (item 7), apenas em metade dos governos ele foi importante, corroborando com a análise de Fonseca (2015) quanto aos subtipos do desenvolvimentismo, a saber: nacional-desenvolvimentismo – observado no Brasil nos governos Vargas (1º e 2º gov.) e Goulart –, e o desenvolvimentismo dependente-associado – observado no governo de Kubitschek, Médici e Geisel. Ainda, comparando o Quadro 1 e 2, observamos que a ordem de importância de todos os atributos permanece inalterada, com exceção da reforma agrária e redistribuição de renda². Nesse sentido, podemos afirmar que, para o desenvolvimentismo no Brasil, a questão da redistribuição de renda (item 8) teve mais importância nos governos analisados do que a reforma agrária (item 9), apesar de ambos os atributos aparecerem de forma igualmente tímida como características desenvolvimentistas, ou, colocando de outra forma, reforma agrária nunca foi prioridade para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Sob a ótica de Fonseca (2015), a relativa importância das questões sociais para o desenvolvimentismo é que se faz necessário incluir demandas das classes da sociedade que sustentam o projeto para se conseguir o máximo de apoio possível para a implementação do mesmo. Sob

Quadro 2. Atributos selecionados do desenvolvimentismo para o Brasil – 1930 a 1979⁴

Item	Atributos desenvolvimentistas	Frequência (%)
1	Projeto Nacional	100
2	Intervenção estatal	100
3	Industrialização	100
4	Burocracia	100
5	Banco de desenvolvimento	83
6	Planejamento	66
7	Capital estrangeiro	50
9	Redistribuição de renda	33
8	Reforma agrária	16
10	Socialismo	0

Fonte: Fonseca (2015). Elaboração própria.

esse prisma, é comum tais projetos abarcarem demandas empresariais, trabalhistas, rurais, sociais etc. Assim, tendo identificado o *núcleo comum principal* e seus atributos, Fonseca (2015, p. 40) constrói finalmente a seguinte formulação para *desenvolvimentismo*:

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

A Figura 1 abaixo esquematiza o conceito ora definido, extraindo suas principais

palavras-chave e dividindo-as em núcleo comum principal (retângulos com bordas tracejadas) e atributos (retângulos com bordas contínuas). O núcleo comum principal é imutável, no sentido de que sem essas características o *desenvolvimentismo* seria inconcebível. A liderança do setor industrial para o *desenvolvimentismo* é vista por Fonseca (2015) como a superação do antigo modelo agroexportador através do progresso técnico, contudo isto não significa que o setor primário não seja importante para o projeto desenvolvimentista. Ressalta-se ainda na Figura 1, no grupo dos atributos, que o *desenvolvimentismo* incorpora a necessidade de alteração do *status quo*.

⁴ Como a amostra original é de 34 governos de oito países, ao selecionarmos apenas o Brasil, o tamanho da amostra reduz-se consideravelmente para um país e seis governos (Vargas 1º e 2º gov., Kubitscheck, Goulart, Médici e Geisel), resultando no aumento das percentagens obtidas na coluna frequência do Quadro 2.

Figura 1. Esquematisação do conceito de desenvolvimentismo por palavras-chave

Política econômica refere-se ao intervencionismo estatal	Formulada e/ou executada refere-se à estratégia ou ao projeto nacional	De forma deliberada remete à intencionalidade
Governos refere-se ao agente formulador e/ou executor da estratégia	Crescimento da produção e da produtividade refere-se às variáveis necessárias para mudar o <i>status quo</i>	Liderança do setor industrial remete ao progresso técnico
Transformar a sociedade refere-se à necessidade de alterar o <i>status quo</i>	Fins desejáveis refere-se à ideia de valores maiores que justificam o projeto para o futuro	Problemas econômicos e sociais remete ao <i>status quo</i> a ser superado
Sistema capitalista refere-se à propriedade privada, mecanismo de preços, mesmo que o Estado esteja presente regulando		

Fonte: Fonseca (2015). Elaboração própria.

Em igual esforço, Carneiro (2012, p. 750) concebe o entendimento por *desenvolvimentismo* como sendo:

Não um corpo teórico propriamente dito, mas uma interpretação peculiar do desenvolvimento brasileiro e latino-americano ao qual se associou um conjunto de políticas econômicas de natureza intervencionista, portanto, antiliberal, mas com matizes muito diferenciadas ao longo de vários momentos históricos e por diferentes países.

Cabe salientar que há uma convergência em ambas as conceituações, no sentido da necessidade de um agente interventor na aplicação de políticas econômicas, sendo observada por Carneiro (2012) ao valer-se das palavras

intervencionista e antiliberal como sinônimos, e de reforços explícitos da importância do Estado no processo de desenvolvimento.

Mollo e Fonseca (2013, p. 223) citam em seu trabalho a contribuição de Bielschowsky (1998, p. 7) para a conceituação de *desenvolvimentismo* como sendo a:

Ideologia de transformação da sociedade brasileira assentada em um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, sob o entendimento de que esta não adviria pela espontaneidade das forças de mercado, ou seja, seria indispensável a atuação do estado como indutor, como agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto.

Nesta última conceituação, Bielschowsky concebe o *desenvolvimentismo* como uma ideologia, divergindo em certa medida no foco que Fonseca (2015) dá ao conceito no sentido da materialização e concretude de ações. Ainda sob a ótica de Bielschowsky, há igualmente uma oposição explícita às forças de mercado e também um reforço da necessidade do Estado como planejador e/ou investidor direto do desenvolvimento. É o único dentre os conceitos de *desenvolvimentismo* aqui discutidos que explicita a necessidade de superação da pobreza, convergindo implicitamente para a mudança do *status quo* de Fonseca (2015), como observado na Figura 1.

2. O avanço histórico do conceito de desenvolvimentismo até o “novo” desenvolvimentismo.

Podemos observar a importância que tiveram na pesquisa três características ou atributos do *desenvolvimentismo* presentes em todos os países pesquisados, que são os seguintes: projeto nacional, intervenção do Estado e industrialização. Nesta seção, tentaremos explorar como essas variáveis evoluíram no tempo histórico para entender como são incorporadas no novo desenvolvimentismo. Ao discutir as gêneses dos precursores desenvolvimentistas no Brasil, analisando o contexto histórico em que eles se inserem, Fonseca (2012) os agrupa em quatro categorias: os nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas. Cada

categoria contribuiu para o formato das ideias e estratégias desenvolvimentistas praticadas, sobretudo nos países latino-americanos. No Quadro 3 especificamos de modo sucinto suas principais contribuições.

Após a era desenvolvimentista que vai de 1930 a 1964, o Brasil é afetado pelas mudanças na ordem internacional com o esgotamento da institucionalidade na qual se baseava o regime de acumulação dos *Anos Dourados* do capitalismo. Diferentemente de outros países da América Latina, o Brasil vivencia na década de 1970 um período de crescimento, que foi denominado do *milagre econômico*, com a implementação do II Plano de Desenvolvimento (II PND), que termina no final da década de 1970 com a instabilidade macroeconômica inibidora do crescimento e a crise da dívida. Nesse momento, o pensamento desenvolvimentista, com aquelas três características fundamentais (projeto nacional, intervenção do Estado e industrialização), vai ser substituído pela ideia de modelos de ajuste para se adaptar à situação de endividamento vivenciado pela região, no qual o Brasil também se insere. Nesse momento, os modelos econômicos e que tinham na sua base o ideário desenvolvimentista chegam a seu esgotamento. É nesse contexto que as discussões entre ortodoxos e heterodoxos se intensificam no campo da macroeconomia (BIELSCHOWSKY, 2012). Quer dizer, o modelo de *desenvolvimentismo* muda de foco e o debate perpassa pela macroeconomia

Quadro 3. Gêneses do desenvolvimentismo no Brasil

Categorias	Contribuições ao desenvolvimentismo
Nacionalistas	Contribuíram para a crítica ao exclusivismo que a colônia tinha com a metrópole, conduzindo mais adiante ao processo da independência; as ideias nacionalistas não eram necessariamente industrializantes.
Defensores da indústria	Dividia-se em dois grupos: os defensores das indústrias naturais e os das indústrias artificiais. O primeiro era a favor da industrialização e o segundo, é a industrialização de quase todos os ramos, exceto as agroindústrias; as quais precisam de uma forte proteção. A exemplo delas, temos: industrialização química, metalúrgica e de bens de capital. A crítica dos primeiros em relação aos segundos era que seu modelo era inflacionário, em virtude da necessidade de grandes investimentos em capital e máquinas, enquanto que aquele, lastreado em oferta abundante de matérias primas e mão de obra, não causaria inflação. Essa inclusive é uma das críticas direcionadas à era desenvolvimentista de Vargas pela UDN (União Democrática Nacional)
Papelistas	A principal contribuição desse grupo foi ir de encontro ao pensamento da política econômica clássica no que se refere ao equilíbrio orçamentário. Eram adeptos do crédito, do orçamento deficitário e dos empréstimos, a princípio apenas utilizados como ferramentas anticíclicas, porém tornou-se condição quase <i>sine qua non</i> para o desenvolvimentismo.
Positivistas	Contribuíram para as discussões no sentido de serem a favor da intervenção do Estado sempre que houvesse necessidade de resolver problemas sociais. Deveria o Estado direcionar a sociedade rumo ao progresso. Eram adeptos da boa administração das finanças, o Estado deveria ser cauteloso na concessão e no uso de empréstimos. O Estado não deveria gastar mais do que arrecadasse, dando bom exemplo à sociedade.

Fonte: Fonseca (2012). Elaboração própria.

do ajuste, pela visão de mais ou menos ajustes. Segundo Anderson (1999), na década de 1980 o neoliberalismo se apresentou nos países desenvolvidos, como na Inglaterra com o governo de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos com o governo de Ronald Reagan, com as seguintes características de política econômica:

[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (ANDERSON, 1999, p. 9).

Na América Latina, a década de 1980 foi marcada pela crise da dívida e da implementação de vários modelos de ajuste que não tiveram sucesso. Assim, as principais economias da região entram na renegociação da dívida com a implementação dos modelos de ajuste estrutural recomendados no Consenso de Washington. Esses modelos estariam inspirados no ideário neoliberal, seguindo a *cartilha* das políticas pró-mercado implementadas no centro do capitalismo. A partir de então, a ideia de

desenvolvimentismo sai da agenda dos governos, devido ao contexto que a região vivenciava, impondo-se nela o modelo de ajuste estrutural. Sem entrar em grandes detalhes, a década de 1990 teve resultados medíocres tanto no aspecto econômico e social, ficando marcada por baixos níveis de crescimento e altas taxas de desempregos. Assim, em resposta a esses resultados, a primeira década do século XXI revitaliza a ideia do *desenvolvimentismo* acompanhada do adjetivo de novo e com uma preocupação social mais aprofundada. Logo, a perda de força das ideias neoliberais apresenta-se como uma nova via de resgate e reconstrução do pensamento desenvolvimentista, agora denominado de *novo desenvolvimentismo*. Muitos autores, entre eles, Bresser-Pereira e Gala (2012b) e Oreiro e Paula (2012), defendem que o novo *desenvolvimentismo* pode ser aproximado a uma visão estratégica com a conjunção de valores, instituições e política econômica que tenta romper com a ortodoxia do neoliberalismo. Essa estratégia de desenvolvimento deveria compatibilizar altas taxas de crescimento econômico com equidade social, propondo medidas de políticas macroeconômicas relacionadas a programas sociais e educacionais, reforma no sistema financeiro e de inovação tecnológica. Pelo que expusemos até agora, o *desenvolvimentismo* é mais uma vertente heterodoxa do que ortodoxa, visto que necessita da intervenção do Estado para estimular o crescimento da economia do lado da

demanda, apesar de fatores do lado da oferta – infraestrutura e inovação – também terem atenção do Estado. Esses autores discutem e tentam criar uma classificação sobre o novo desenvolvimentismo. Mollo e Amado (2015) e Oreiro (2016) apresentam trabalhos no qual discutem as principais correntes novo-desenvolvimentistas atualmente em debate no Brasil. Em geral, existe um consenso de que as correntes que classificam o novo desenvolvimento são as três seguintes: novo *desenvolvimentismo* precursor, novo *desenvolvimentismo* pós-keynesiano e o social-desenvolvimentismo. Vejamos resumidamente cada uma delas.

2.1. O novo desenvolvimentismo precursor

Seu principal expoente é Bresser-Pereira⁵ e teve como marco teórico o início dos anos 2000 no Brasil. Na definição de Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 5), o novo *desenvolvimentismo* é novo porque combina ações de mercado e do Estado como estratégia nacional de desenvolvimento para alcançar a mudança estrutural necessária ao desenvolvimento econômico. Nessa visão, Estado e mercado são complementares. Outra característica marcante dessa corrente é a atenção dada ao equilíbrio fiscal como condição necessária ao desenvolvimento econômico sustentável. Para essa corrente desenvolvimentista, as exportações devem ser estimuladas, baixando-se a taxa de juros para estimular o investimento. A mão de obra barata

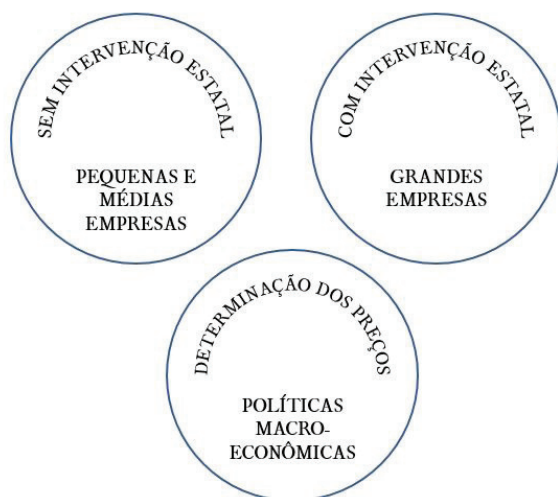
disponível no Brasil seria um grande diferencial a ser aproveitado nessa estratégia (MOLLO & AMADO, 2015).

Para o novo desenvolvimentismo, o sistema econômico é dividido em três esferas: i) a esfera competitiva, formada por pequenas e médias empresas que são consideradas como o setor produtivo, não precisando de intervenção estatal posto que o mercado coordena eficazmente esse setor; ii) a esfera monopolística, formada pelas grandes empresas, as quais precisam de intervenção estatal, entendida como o papel regulador dos investimentos planejados iii) a esfera da política macroeconômica, em que o Estado precisa intervir para determinar os preços macroeconômicos, notadamente o preço da taxa de câmbio. (BRESSER-PEREIRA, OREIRO & MARCONI, 2016). – Figura 2.

Na teoria novo-desenvolvimentista está explícito o setor econômico que deve ser prioridade das políticas de desenvolvimento do Estado, isto é, o setor industrial. Para esses autores, o setor industrial brasileiro já está devidamente consolidado, não necessitando de políticas protecionistas, só da regulação de uma taxa de

5 Além de Bresser-Pereira, podemos citar Gala, Nakano, Oreiro e Marconi como autores defensores dessa corrente desenvolvimentista.

Figura 2. Divisão do sistema econômico na ótica novo-desenvolvimentista dos precursores



Fonte: Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016). Elaboração própria.

câmbio a níveis competitivos⁶ para estimular as exportações. Nesse sentido, é comum alguns autores, entre eles Oreiro (2016, p. 149), qualificarem a estratégia do novo *desenvolvimentismo* como sendo *export-led*; contudo, em *Macroeconomia do desenvolvimentismo* (2016), os autores afirmam tacitamente não ser *export-led* nem *wage-led*, mas sim uma estratégia equilibrada.

A estratégia novo-desenvolvimentista visando o *catching up* das economias desenvolvidas, segundo Oreiro (2016), necessita de uma política macroeconômica cuja centralidade seja a consecução de uma taxa real de câmbio competitiva, promovendo assim a ampliação da exportação de produtos manufaturados de tal forma que

viabilize a expansão da acumulação de capital e a elevação do nível de tecnologia nos processos produtivos – Figura 3. A política cambial ativa deverá ser acompanhada de uma política fiscal responsável, visando eliminar o déficit público, mas que permita a ampliação sustentável dos investimentos. Assim, a política salarial deverá crescer acompanhando o crescimento da produtividade, auxiliando a manutenção da taxa real de câmbio de equilíbrio, pois a não observância dessa regra provocaria uma apreciação da taxa real de câmbio⁷, fato indesejado para o sucesso do regime *export-led*. Por fim, uma política fiscal responsável juntamente com um aumento salarial que respeitasse o crescimento da produtividade promoveriam um ambiente de inflação baixa e controlada, viabilizando uma manutenção baixa da taxa de juros. – Figura 3.

A literatura consultada sobre a estratégia novo-desenvolvimentista precursora aborda de forma diferente os autores do *desenvolvimentismo* no que tange à importância dos produtos

6 Em *Macroeconomia do desenvolvimento*, Oreiro (2016, p. 147) defende que a taxa de câmbio competitiva deve ser perseguida através de política de controle de capitais. A política monetária teria apenas um papel coadjuvante para administrar a taxa nominal de câmbio.

7 Esta corrente de desenvolvimento está constantemente preocupada com a tendência natural de valorização da taxa de câmbio em virtude da alta taxa de juros da economia brasileira e do curso das exportações de commodities. A administração da política cambial no sentido de obter uma taxa de câmbio competitiva para a indústria teria os seguintes objetivos: evitar o problema da doença holandesa, conter a pressão salarial nos custos das empresas e estimular as exportações de produtos manufaturados. Ela defende também que haja uma taxa de câmbio diferente para os setores exportadores de matérias primas (BRESSER-PEREIRA, OREIRO & MARCONI, 2016).

agropecuários na pauta de exportação, por duas razões, a saber: i) o comércio internacional de *commodities* focado nas vantagens comparativas

Figura 3. Estratégia macroeconômica novo-desenvolvimentista



Fonte: Oreiro (2016). Elaboração própria.

deixa os países agroexportadores vulneráveis à doença holandesa; assim, alertam que existe uma tendência à apreciação da taxa real de câmbio, no médio e no longo prazos, nessas economias, o que estimularia ainda mais a especialização produtiva em *commodities*; ii) o novo *desenvolvimentismo* precursor enfatiza a necessidade de se transferir mão de obra dos setores menos produtivos para os mais produtivos, isto é, para o setor industrial de manufaturados (cf. OREIRO, 2016).

Com respeito às questões sociais, o novo *desenvolvimentismo* precursor não apresenta um debate coeso e consistente. O novo *desenvolvimentismo* precursor defende explicitamente compressão dos salários através de política de desvalorização cambial no sentido de manter elevados os lucros do capital permitindo, desse modo, disponibilidade de renda para reinvestimentos produtivos. Defende ainda que o Estado deve priorizar os investimentos produtivos em detrimento do financiamento na prestação de serviços sociais (cf. BRESSER-PEREIRA, OREIRO & MARCONI, 2016). Ainda assim, esses autores consideram que existe uma estratégia de desenvolvimento social ao defenderem uma reforma fiscal progressista e uma política social ativa, e se mostram preocupados com a redução das desigualdades. A redução dos salários é necessária no curto prazo, contudo, em virtude dos ganhos de renda, no médio e no longo prazos, os salários aumentariam a um nível ainda mais alto do que aquele observado antes de sua redução.

2.2. O novo desenvolvimentismo pós-keynesiano

Enquanto a proposta novo-desenvolvimentista precursora é mais conservadora e é frequentemente comparada à ortodoxia liberal, o novo *desenvolvimentismo* pós-keynesiano surge como uma proposta de prescrição de política econômica diferenciada. Além de priorizar o mercado externo, foca sua atenção na política de controle de capitais – quando a economia for aberta

(*cf.* MOLLO & AMADO, 2015). Essa corrente desenvolvimentista, diferentemente da vertente precursora, que prioriza a taxa de câmbio, tem como variável-chave a taxa de juros. A manutenção da taxa de juros baixa viabiliza o *funding* do investimento e o *finance motive*, melhora as contas públicas e controla a entrada de capitais especulativos. Com respeito à distribuição de renda, os pós-keynesianos preocupam-se com medidas que elevam o nível da demanda agregada ao criar um ambiente estável, com menos incerteza para os investimentos produtivos (*cf. ibidem*).

Desta forma, seus autores preocupam-se mais com a estabilidade macroeconômica do que com a estabilidade dos preços. Não fazem menção, como bem colocado por Mollo e Amado (2015), ao aumento da demanda interna, pois o foco é dado, como já mencionado, ao comércio exterior; contudo, diferentemente dos precursores, o protecionismo é dado à conta de capitais.

2.3. O social-desenvolvimentismo

Dentre as três correntes de novo *desenvolvimentismo* abordadas nesse trabalho, o social-desenvolvimentismo é a única que dá um lugar de destaque às políticas de distribuição de renda, pois sua variável-chave de promoção do desenvolvimento econômico é o estímulo ao mercado interno. Mollo e Amado (2015) vêm proximidade dessa corrente com o marxismo, dado o interesse no aumento dos salários e as políticas sociais orientadas pelo Estado.

A proposta social-desenvolvimentista adotada no Brasil pode ser dividida em três grandes áreas: a social, a produtiva e a macroeconômica. A área social visa promover a inclusão social, bem como a desconcentração de renda. A área da macroeconomia teria como objetivo assegurar a estabilidade macroeconômica, porém visando as questões distributivas de renda. Com relação à área produtiva, esta é composta por duas subáreas: uma área composta por três frentes de expansão e outra por dois potencializadores (*cf.* BIELSCHOWSKY, 2015).

As três frentes de expansão são: crescimento com redistribuição de renda por produção e consumo de massas, investimento em infraestrutura social e econômica e atividades intensivas em recursos naturais. Para garantir sustentabilidade ao projeto, as três frentes de expansão seriam potencializadas por: encadeamentos industriais para frente e para trás e investimento em educação, C&T e inovação (*cf. ibidem*). A expansão do mercado de massas ocorreria quando a renda per capita permitisse que a população consumisse acima das suas necessidades básicas, ou seja, alimentação, habitação, vestuário etc. Dessa forma, seria necessário fazer com que novos bens de consumo fossem incorporados na cesta das famílias de baixa renda. Para isso, seria de suma importância a estabilidade relativa dos preços dos produtos industriais (*cf. ibidem*).

O círculo virtuoso dessa estratégia desenvolvimentista, que se apresenta na Figura 4, dar-se-ia da seguinte forma: o aumento da massa salarial tendo como alicerces a estabilidade do emprego formal e a democratização do crédito para o consumo aumentaria os investimentos⁸. Dessa forma haveria uma intensa troca de estímulos entre salários e investimentos. Essa troca estimularia a introdução de novas técnicas produtivas, aumentando, assim, a produtividade. Os ganhos de produtividade dariam espaço para aumentar os salários, portanto, estes não deveriam crescer mais que a economia. O círculo virtuoso completar-se-ia com expansão da produção e do consumo de massas.

Para além da ampliação dos empregos formais, Bielschowsky (2004) defende que os ganhos de produtividade seriam transferidos às rendas das famílias através da estabilização dos preços dos

bens e serviços populares e de intensivas políticas sociais. Ainda, no longo prazo, ele considera que uma expansão da economia em torno de 4%-5% a.a. juntamente com o aumento demográfico deveriam realizar uma convergência entre oferta e demanda de mão de obra. Dessa forma, a relativa escassez da mão de obra permitiria transferências dos ganhos de produtividade. Os aumentos dos empregos formais e o aumento do crescimento da economia possibilitariam o financiamento de políticas de distribuição de renda sem que fossem causados desequilíbrios fiscais nas contas do país (cf. BARBOSA & SOUZA, 2009). Para o social-desenvolvimentismo,

⁸ O crédito para o consumo é importante para estimular a aquisição de bens duráveis, pois estes é que fazem aumentar os investimentos em formação bruta de capital fixo, importante indicador para a industrialização do país. Adicionalmente, com vistas a ampliar a taxa de investimento, em 2007, início do segundo mandato do presidente Lula, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Figura 4. Lógica do círculo virtuoso do social-desenvolvimentismo



Fonte: Corrêa (2015). Elaboração própria.

políticas de desvalorização cambial, em contraponto com a corrente novo-desenvolvimentista precursora, devem ser vistas com bastante cautela, pois promoveriam uma redução relativa dos salários ao pressionar a inflação, desestimulando o consumo no mercado interno. Para Mollo e Amado (2015, p. 16): “contar com o mercado interno como motor ou como estratégia leva a maior garantia de distribuição de renda e de aumento das rendas mais baixas do que quando isso é apenas resultado esperado do crescimento movido pelo mercado externo”. A partir do que até aqui expomos sobre as correntes novo desenvolvimentistas e com base

em Mollo (2016), podemos esboçar uma síntese comparativa de suas principais características no Quadro 4.

3. Os limites do “novo” desenvolvimentismo: um subproduto do ideário neoliberal

Como mostramos anteriormente, o novo *desenvolvimentismo* traz a ideia de resgate do *velho desenvolvimentismo* de forma autônoma e própria (cf. BRESSER-PEREIRA, 2004). Sustenta-se que o contexto histórico no começo do século XXI é diferente do vivenciado pelos autores seminais do desenvolvimento e que deveriam ser repensadas esta teoria e a estratégia nacional

Quadro 4. Síntese comparativa das principais correntes desenvolvimentistas do Brasil recente

	NOVO DESENVOLVIMENTISMO PRECURSOR	NOVO-DESENVOLVIMENTISMO PÓS-KEYNESIANO	SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO
Principais autores	Bresser-Pereira, Oreiro, Marconi.	Sicsú, de Paula e Michel.	Bielschowsky, Ferrari e Fonseca, Mollo e Amado.
Taxa de juros	Baixa, para relançar investimentos ligados ao setor exportador	Baixa, para relançar os investimentos em geral e para inibir o capital especulativo.	Baixa, para iniciar os efeitos de encadeamento positivos sobre a economia como um todo, via aumento do investimento.
Variável-chave	Taxa de câmbio industrial competitiva.	Taxa de juros e proteção à conta de capitais.	Consumo de massas.
Tipo de demanda	Mercado externo.	Mercado externo.	Mercado interno.
Macroeconomia	Estabilidade dos preços macroeconômicos: taxa de juros, lucros, taxa de câmbio, salários e inflação.	Estabilidade macroeconômica futura para minimizar as incertezas da economia.	Estabilidade dos preços através da valorização cambial e do controle da inflação.
Crédito	Preocupa-se com o consumo imediato. Poupança prévia é importante para o investimento.	O crédito a juros razoáveis substitui a poupança prévia.	O crédito é fortemente utilizado para estimular tanto o consumo como o investimento.
Estado	Dá importância ao mercado e ao Estado na consecução do desenvolvimento econômico.	Estado é importante para acalmar a incerteza natural do mercado.	Estado exerce papel regulador na economia.

Fonte: Elaboração própria.

de desenvolvimento. Segundo Oreiro, Bresser-Pereira, e Marconi (2016), o novo *desenvolvimentismo* pretende ser a teoria e a estratégia para países em desenvolvimento pré-industriais. Bresser-Pereira (2012) afirma que essa teoria trata de adicionar ao estruturalismo latino-americano uma macroeconomia apropriada para os tempos atuais. Assim, esses autores sustentam que a macroeconomia desenvolvimentista é um capítulo do novo desenvolvimentismo. Dessa forma, ao se estabelecer uma relação entre o novo *desenvolvimentismo* com a macroeconomia, foca-se no crescimento e na estabilidade como questão fundamental, deixando de lado as características ou taxonomias que guiaram as *velhas* ideias de desenvolvimento.

Então, como observamos na primeira seção, as características do *desenvolvimentismo* que mais prevaleceram (projeto nacional, intervenção estatal, industrialização e burocracia) ficam diluídas em discussões de variáveis macroeconômicas, como por exemplo, estabilidade macroeconômica, taxa de câmbio, taxa de juros, consumo de massas, etc. Assim, o novo desenvolvimentismo enfatiza novos atributos que o afastam do núcleo duro e de seus ideários de sustentação ao considerar a política macroeconômica como fundamental porque, dessa forma, a política industrial perde o patamar de ser o objetivo da política e esta se transforma em subsidiária da estabilidade macroeconômica, deixando a estabilidade do mercado resolver

o desenvolvimento. Assim, a ideia de um mercado forte vem conjuntamente com a ideia de um Estado regulador, mas não planejador, da política de desenvolvimento. Para transformar o mercado de *fraco* para *forte*, o Estado deve sair de cena, diminuindo sua participação e intervenção na economia. Desta forma, acredita-se que a junção de mercado forte com o Estado regulador seria a saída para esta nova fase histórica da região. Ao se fazer esta afirmação da ideia de Estado forte ou fraco, quer dizer, de maior ou menor participação do Estado na economia, estar-se-ia limitando o debate ao plano da macroeconomia. No entanto, a conceituação do papel do Estado é muito mais complexa, tendo um papel fundamental na reprodução do capital na sociedade capitalista. O papel do Estado engloba questões institucionais⁹ que não são contempladas na visão do novo desenvolvimentismo. Dessa forma, o conceito de Estado é reduzido a, simplesmente, questão de política e mercado.

Com relação à questão social, um dos aspectos revitalizados na última década propõe-se o combate à exclusão social através do crescimento econômico e de medidas de política de corte keynesiano (CASTELO BRANCO, 2009). Entretanto, esta questão é encontrada

9 O conceito de instituição é complexo, tendo diferentes autores interpretando-o (VEBLEN, HODGSON, NORTH), mas, em linhas gerais, considera aspectos históricos, normas, costumes, contratos, valores, regras etc.

no *desenvolvimentismo* como um ponto fundamental a ser modificado e o debate considerava pontos centrais desta temática como reforma agrária, estratificação social, distribuição da renda etc. Em outras palavras, a distribuição da renda era relacionada a questões estruturais e não simplesmente à modificação da política econômica à ou implementação de mais ou menos políticas sociais.

4. À guisa de conclusão

No século XXI, o debate que contorna ao *novo* desenvolvimento ficou reduzido ao âmbito da política macroeconômica e de suas práticas, deixando-se de lado questões que foram centrais no desenvolvimentismo, como projeto nacional, intervenção estatal, industrialização e burocracia. A ideia de construir uma terceira via com o novo desenvolvimentismo, ou seja, uma junção entre o Estado e o mercado, limita qualquer possibilidade da ação da intervenção e o Estado fica reduzido ao âmbito da política macroeconômica. Assim, a construção de uma síntese entre o velho e o novo não permite enxergar que os problemas do Brasil, como eram salientados pelos desenvolvimentistas – por exemplo: subdesenvolvimento, inserção internacional, investimento estrangeiro etc. –, ainda não foram superados. Com o novo *desenvolvimentismo* o debate avançou para uma pauta de melhor combinação de políticas de estabilização

macroeconômica. O legado deixado pelo pensamento estruturalista latino-americano se nos revela como muito importante para ser esquecido. É um momento de pensar numa agenda de desenvolvimento que não poderia deixar de lado os seguintes temas:

- A inserção internacional de forma independente e soberana;
- A dificuldade de absorção do progresso tecnológico, tendo ele uma raiz histórica na região, sendo necessário reestabelecer o debate;
- A política industrial e que tipo de indústria se quer e deve ser agenda de um projeto nacional que atualmente fica no espaço das escolhas do mercado;
- A política industrial não pode ser simplesmente subsidiária da política macroeconômica.

Enfim, o *novo* desenvolvimentismo, embora tenha trazido à cena a importância do debate do desenvolvimento, depois de duas décadas (1980 e 1990) nas quais tinha se deixado de lado essa ideia, volta num contexto histórico no qual o ideário neoliberal ganhou o espaço da inspiração da política econômica, fato que limita qualquer evolução na busca de soluções dos problemas centrais das economias subdesenvolvidas.

Bibliografia

- ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo.” In: SADER, E. & GENTILI, P. (coord.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.
- BARBOSA, N. & SOUZA, J. A. P. (2009), “A Inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda.” In: SADER, E. & GARCIA, M. A. (coord.). *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2009. Disponível em <<https://goo.gl/jZTjcC>>
- BIELSCHOWSKY, R. “A estratégia de desenvolvimento e o consumo de massa.”, *Desafios do desenvolvimento*, ano 1, ed. 3, IPEA, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/vv6iuu>>
- _____. *Desenvolvimento Econômico - Curso a Distância - Módulo IV- AULA I*, 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Nw5oaPjYswg>>
- _____. *Estratégia social-desenvolvimentista (2003-2014) e ano 2015*. Disponível em <<https://goo.gl/TdAfHs>>
- BRESSER-PEREIRA, L. C. “O novo desenvolvimentismo.” *Folha de São Paulo*, 19/09/2004.
- _____. “Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia.” In: BASTOS, P. P. Z & FONSECA, P. C. D. (coord.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. & GALA, P. “O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma nova macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.” In: OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. & BRASÍLIO, F. *Macroeconomia do desenvolvimento*. Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012b.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L. & MARCONI, N. *Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.
- CARNEIRO, R. M. (2012), “Velhos e novos desenvolvimentismo.” *Economia e Sociedade*, Número especial, v. 21. Campinas, dezembro 2012.
- CASTELO BRANCO, R. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano.”, *Revista OIKOS*, vol. 8, núm. 1, Rio de Janeiro, 2009.
- CORRÊA, M. F. *A dinâmica do investimento à luz das novas correntes desenvolvimentistas*. 74 f. Dissertação ‘em andamento’ (Mestrado em Economia) – Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Texto para discussão. IPEA, 2015. Disponível em <<http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca>>
- _____. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil.” In BASTOS, P. P. Z. & FONSECA, P. C. D. (coord.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MOLLO, M. L. R. “Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do estado”, *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp. 131-143, julho-dezembro 2016.
- MOLLO, M. L. R. & FONSECA, P. C. D. “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”, *Revista de economia política*, vol. 33, nº 2, abril-junho 2013.
- MOLLO, M. L. R. & AMADO, A. M. “O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido.”, *Economia e Sociedade*, vol. 24, nº 1. Campinas, janeiro-abril 2015.
- OREIRO, J. L. & PAULA, F. “O novo desenvolvimentismo e as agendas de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social.” In: OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. & BRASÍLIO, F. *Macroeconomia do Folha de São Paulo*. Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- OREIRO, J. L. C. *Macroeconomia do desenvolvimento: uma proposta keynesiana*. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2016.